

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO

DO

REGIME SILVO-PASTORIL

JUN. 76

PRÓLOGO

Desde longa data, que é notória a preocupação e os esforços desenvolvidos no sentido de uma definição do regime silvo-pastoril.

A atestar este facto surgem-nos alguns estudos, mas mais não expressam que pareceres. Não se descortina porém, metas a atingir ou lançamento de um trabalho de base por forma a se obter quaisquer dados biométricos que pudessem vir, na actualidade, de parâmetros de actuação.

Sem aqueles é ilusório, irreal e errado concretizar qualquer trabalho deste teor, porque são fundamentais para o dimensionamento, para o equacionar da exploração e o avaliar do rendimento da mesma. Se assim não acontecer, correr-se-á o risco de se trilhar caminhos menos correctos, menos valiosos e talvez lesivos para a própria economia regional.

O anterior não é sinónimo de paralização. Constatou-se a realidade e obviamente ir-se-á sugerir acções que, ao grupo, parecem as mais adequadas na exploração serrana. De modo nenhum, se poderá pactuar com o sistema vigente. Anárquico. Desordenado. Incorrecto tecnicamente. Até mesmo prejudicial.

Estamos crentes que se a metodologia explorativa sofrer mutações, os proventos serão acrescidos e com reflexões nos directamente interessados e, em âmbito mais geral, na economia regional.

É tudo uma questão de organização, de orientação técnica no aproveitamento do baldio. Este também não pode continuar a ser coutada de alguns, mas de todos aqueles que a ele tiverem direito.

Nesta óptica, terá de ser criada uma dinâmica de molde a congregar as populações e fazê-las compreender da magnitude e do interesse da existência dum regime silvo-pastoril.

Os organismos oficiais não podem nem devem alhear-se. E cremos que só a perfeita comunhão da população e serviços se architectará um plano de acção que não vá de encontro aos interesses profundos dos primeiros e simultaneamente auferir-se um intenso aproveitamento e defesa da nossa serra.

Na elaboração deste trabalho, o grupo não olvidou a importância que tem o gado da serra assim como repudia todas as manobras visando a destruição quer do património animal quer do vegetal.

A par da directriz social o grupo não podia, nem devia menosprezar o campo económico. Assim, a exploração de gado não se nos apresenta como mero aspecto figurativo ou decorativo, mas sim com fins económicos muito determinados.

E seria absurdo pensar ao contrário quando é do conhecimento público que a Madeira é deficitária em carne. A definição do regime silvo-pastoril é mais uma medida atinente à colmatação de tão nefasto deficit.

C A P I T U L O - I

C A R A C T E R I Z A Ç Ã O

Neste primeiro capítulo será preocupação do grupo elaborar uma caracterização da serra e do sistema de exploração de gado, sumariando os aspectos mais proeminentes e que representam intangíveis coordenadas de rendimento agro-pecuário.

A exploração de gado na serra, para a maioria da população interessada, tem valor alimentar e um simbolismo que traduziremos por um sentimento de auto-suficiência.

Era e continua ainda a ser um recurso proteico quer para o agregado familiar quer para a alimentação dos assalariados nas tarefas rurais. Não é difícil compreender o anterior se atendermos ao diferencial de preço entre carne obtida da exploração serrana - somente com o empate do capital animal - e o de outras carnes. A par deste valor temos a adir o escasso benefício do abate de bovinos, no campo, já que as peças nobres genericamente transitavam para o Funchal, embora o poder de compra fosse - e continua - um factor condicionador. Assim o criador e a população circundante viam nos animais oriundos da serrania uma fonte mais condizente com as suas posses.

Apesar de tudo ainda é vulgar, nos tempos que correm, ouvir-se: "se mais não houver, come-se um cabrito da serra".

Nesta frase, emerge muito o sentido de recurso de auto-suficiência dos criadores.

Compreendendo este profundo sentimento, os diversos serviços tentaram modificar e lançar bases a um trabalho com vista a uma maior racionalização do sistema de exploração com consequentes reflexos no rendimento. Apesar de tudo os esforços foram infrutíferos por não se ter conseguido aventar a melhor tática para um entendimento entre os serviços e os criadores por forma a que estes entendessem o alcance das medidas propostas. Não aconteceu isto, e os Serviços Florestais chamaram a si a organização do regime silvo-pastoril marginalizando os proprietários, advindo desta atitude um contencioso que se arrasta aos nossos dias. Por outro lado, o modelo introduzido resumia-se ao pagamento de uma quota por cabeça/ano que não permitia ao Estado fazer face aos encargos bem como cerceou, aos donos, qualquer participação e contacto com os seus gados e, mais grave, fez surgir uma vaga de novos proprietários completamente alheios à produ

ção animal que desvirtuaram a importância da mesma para as populações necessitadas.

Motivadas por estas ou por outras razões as pessoas incriminam os Serviços Florestais pela destruição de cabeças de gado assim como das pastagens. Não achamos correcta tão drástica acusação, muito embora se constate a inexistência de um estudo criterioso das potencialidades e possibilidades da nossa serra, nas suas várias funções, e subsequente e imprescindível delimitação dos campos forrageiro e florestal, devidamente inserido num plano global de aproveitamento e de desenvolvimento.

Recaindo numa radiografia das condições da nossa serra, no que respeita a pastagens, não se encontra em situação de se acalantar grandes anseios. No entanto, na encosta sul, menos declivosa, detectam-se zonas propícias à pastorícia como sejam os baldios da Calheta, Poiso e outras.

O mesmo raciocínio se poderá adiantar para o norte mas mais cautelosamente devido à existência de vegetação autóctone, sobretudo nas cabeceiras das principais ribeiras, que interessa preservar pelos seus reflexos na retenção de águas quer mesmo pelo património vegetal que representa. Por mais estranho que pareça, estas zonas são escolhidas pelos donos para o lançamento dos seus gados porquanto a sua menor acessibilidade torna pouco exequível a interferência humana, quer dos Serviços Florestais quer dos ladrões de gado. Compreensível se torna a procura destes recantos, mas poder-se-á correr o risco de provocar o desequilíbrio do meio.

Ainda dentro das possibilidades que se advinha para a nossa serra na produção creatopoiética encontra-se uma vasta cintura a pinhal, estimada em 10 000 hectares, que se localiza a meia encosta e servindo de divisória entre as zonas de alta altitude e os terrenos agricultados. Porém, a sua concretização não é fácil, já que são pertença de particulares.

Assim, verificam-se grandes condicionamentos no campo pascigoso para a pastorícia, nos baldios, não invocando já as limitações para o seu melhoramento advindas da irregularidade do solo e da exiguidade do subsolo.

Em tempos idos outros factores conectavam uma maior quantidade de pastos como sejam a limpeza da feiteira e as queimadas. No entanto afirma-se-nos que o depauperamento forrageiro é, em grande parte, consequência da alta densidade animal.

O pretérito não é sinónimo da negação do possível. Somente dá mais força às vozes que clamam por uma racionalização e orientação técnica.

ca na criação de animais em altitude.

Não se pode, e mais do que nunca, desperdiçar a terra capaz de produzir bens de consumo e mais atencioso se torna se atendermos ao carácter de preciosidade rara que assume no Arquipélago.

Ter-se-á de introduzir modificações no sistema anárquico e ancestral da exploração para se obter mais e melhor produção.

Os animais são lançados para a serra e entregues aos seus próprios destinos. O proprietário pouco ou nenhum controlo exerce sobre eles. Contata com as ovelhas nas tosquiadas; com as cabras quando as recolhe, ao ponto de alguns não saberem definir o seu próprio rebanho.

Em suma, os animais nascem, crescem, reproduzem-se e morrem obedecendo às leis da natureza.

Nesta frase, se encerra o alheamento do homem, o que equivale a dizer que a zootecnia e o indispensável manejo são totalmente ignorados. Daí estarmos em presença de animais de má conformação e mau rendimento por grande responsabilidade da consanguinidade e das condições sanitárias.

Não se verifica qualquer selecção por forma a apurar-se fenotipicamente as melhores cabeças. Os machos vão ficando. Uns abatidos, outros ultrapassando a idade mais reprodutiva, e, por vezes, morrendo de velhos.

O "salto" não é orientado, não permitindo portanto elaborar qualquer programação de partos de molde a contrariar o nascimento dos filhos na época climaticamente mais adversa e concomitantemente de mais abundante alimentação, o que acarreta uma parca fertilidade. Para além deste relevante pormenor não se pode olvidar a importância da formação de diferentes linhas de reprodução por forma a se contrariar os fenómenos de consanguinidade, assim como controlar-se o número de machos a fim de se aliviar o peso morto que estes representam na rendibilidade de uma exploração.

A atestar os defeitos e os aspectos lesivos do sistema e a concluir que é possível obter-se mais e melhores produtos-filhos temos como base uma experiência levada a cabo na Serra da Fonte do Bispo, num passado recente, sob a orientação técnica da Intendência de Pecuária.

Após selecção do núcleo de femeas, adequado cruzamento, medidas profilácticas sanitárias e correcto desmame, conseguiu-se obter carcaças de borregos de apreciável valor.

A mesma definhou por não ter havido cumprimento das orientações e determinações dos técnicos.

Estes dados ilustram as possibilidades de aproveitamento da serra e abalizam a nossa confiança na obtenção de melhores resultados, uma vez que se dilua os erros técnicos que se cometeram.

C A P I T Ú L O - II

=====

ACÇÕES A DESENVOLVER

Mediante a anterior caracterização conclui-se que a actual exploração enferma de defeitos que obscurecem, para não dizer negam, o seu interesse sócio-económico.

Numa prespectivação futura ter-se-á de adiantar medidas a curto e médio prazo. Não se pode porém deixar de alertar que estas terão sempre um certo grau experimental e portanto sujeitas a uma dinâmica, de forma a se atingir uma metodologia explorativa eficaz e consequente com vista a se tornear as múltiplas vicissitudes das condições edafo-climáticas das zonas em causa.

Relativamente à forragem, não é fácil de enfrentar o problema porquanto a nossa serra encontra-se bastante empobrecida. Terá de haver uma grande campanha na tentativa do melhoramento das mesmas. Bem se sabe que é custoso e moroso, mas é imperioso e inadiável o estudo da parte forrageira. Bastará atendermos ao peso que esta tem na produção animal. Sem comer não se pode criar. Como máquinas biológicas que são, terão de ter a energia necessária para produzirem. Não se irá exigir o óptimo, mas não se pode descambar ao péssimo. Ter-se-é de encarar este facto de frente, caso contrário o regime silvo-pastoril está votado ao fracasso.

A curto prazo entende-se ser de toda a conveniência realizar uma dinamização a nível das populações de molde a definir o modo como devem ser usufruídos os baldios, sem prejuízo da legislação dimanada do Governo.

Simultaneamente impulsionar o cooperativismo como forma mais operante e profícua para a exploração. Não nos iremos debruçar ou imiscuir na parte organizativa, contudo não se deixa de alertar para um aspecto que se reputa de insofismável valor - a intervenção técnica. Somos de opinião que o rebanho deve ser um todo colectivo e nunca uma amálgama de animais de diferentes proprietários que, com sentimentos de posse, por demais enraizados, poderão obstruir ou desvirtuar medidas conducentes à boa tecnologia produtiva.

Não somos adversários da posse, mas não podemos deixar de a condenar quando a sua obsessão concorre para o coartar ou negligenciar medidas de ordem técnica.

Daquela forma os técnicos teriam a sua missão mais facilitada e as acções que tivessem por convenientes mais actuantes. Isto, de modo ne

nhum significa que houvesse um divórcio entre o executivo da cooperativa e o técnico ou este tornar-se o corpo decisivo da vida cooperativista. Referimo-nos portanto, estritamente ao campo técnico.

Contudo isto não temos a menor veleidade de afastar os respectivos sócios do controlo e organização da cooperativa. Não. Teriam acesso aos órgãos legalmente instituídos para poderem criticar e debater os múltiplos aspectos da vida associativa e inclusivé as medidas desenvolvidas.

Não se encontra modelo mais consentâneo às prioritárias tarefas a desenvolver. É que a exploração vai exigir arrebanhamento, melhoramento, registos, programação, refugos que não são de fácil execução e muito menos se o técnico não for o único responsável e exclusiva autoridade nes te sector. As profundas remodelações exigem que assim aconteça senão aten da-se nos profundos erros de maneio que actualmente se verificam. É impe rioso que esta proeminente e iniludível questão fique bem clara para não se desvirtuar a profunda justeza da mesma.

Como bem se depreende tudo o que anteriormente foi citado não se concerne aos terrenos particulares, mas tão somente aos baldios.

Naqueles, preconizamos as associações livres. Nestas, cabe aos livres promotores decidirem o mais conveniente nos campos social e econó mico.

No entanto, era imprescindível que houvesse o mínimo de coordena das exigíveis, sob pena de se enveredar pelo anárquico e lesivo.

A sua exploração terá de ter um projecto clarificador do tipo, número de animais e extensão agrária, para além das de ordem zootécnica e que será submetido a um órgão superntendente do regime silvo-pastoril.

Acha-se pertinente a criação desta comissão para se obter uma perfeita sintonização dos dois campos, o particular e o colectivo. Teria como funções primordiais a definição e a análise de dados técnicos assim como a limitação das zonas de pastagens e apareceria como supervisora da aplicação das linhas de orientação e de exploração que vierem a ser deli neadas, como sejam a existência de vedações, carga animal, melhoramento forrageiro, etc.

A fase de arranque é sempre a mais atroz e daí reservarmos para os organismos oficiais uma função dinamizadora, incentivante mesmo organi zadora. A par desta, já de si edificante acção, ter-se-ia de criar formas de estímulo e de auxílio a fim das exigências não esmorecerem os interes sados, sobretudo no campo particular. Estas, não devem ser tomadas como

repressoras da iniciativa, mas como necessidades concretas para o florescimento da exploração de gado na serra.

A curto prazo é o que se nos oferece dizer e estamos cientes que se atingir o preconizado muito se andou e lucrou.

De imediato debruçar-nos-emos naquelas que se nos afiguram de real importância, mas que só poderão ser expandidas após o conhecimento de dados biométricos.

Nesta óptica, não encontramos outra alternativa que não seja criar uma zona piloto.

Para que os encargos não fossem demasiadamente acrescidos sugeriu-se o aproveitamento dos animais da serra do Poiso para os ensaios técnicos necessários para as múltiplas interrogações que se nos colocam. Seria a oportunidade de se lançar as bases para a organização e simultaneamente a procura incessante das respostas, sem que esta escolha seja impeditiva, da acção organizativa, se estender a outras zonas.

Ao pensar-se na Serra do Poiso tem-se em mente a proximidade que permitiria contínua contactos, controlos mais eficazes, a existência de ovis e também por se nos apresentar como uma zona média, portanto doadora de padrões médios.

Reputa-se este facto como essencial para a médio prazo, conjugados os dados biométricos, se afixar uma definição clara e objectiva do regime silvo-pastoril.

Somente após estes marcos se avaliará de certo modo o interesse económico do mesmo, a viabilidade do melhoramento forrageiro e seu custo, tipo de animais e exploração, seu melhoramento, encabeçamento, dimensão do rebanho e outros factores de inegáveis reflexos na produção animal, como sejam a idade do desmame ou a determinação da melhor forma de engorda. Intensiva? Em pastoreio? Melhor tipo de carcaças?

E poder-se-ia continuar o rol das interrogações. É que não basta constatar ou afirmar a existência de gado na serra, é necessário caracterizá-los zootécnicamente e em termos de rentabilidade com índices de fecundidade e de conversão.

Não se pode cair na visão de desejar animais na serra como decoro mas antes encará-los como máquinas biológicas para produzirem bens de consumo. Mas para isto há que racionalizar a unidade de produção usando os já tão citados dados. São base de toda uma exploração tecnologicamente orientada.

A engorda intensiva toma foros de acuidade pois ao lutar-se pela oferta de proteína e nesta, pela diversificação da de bovino, temos de a encarar seriamente no campo económico e no quantitativo, pois é o sistema

que em menos tempo nos oferece melhores pesos. Melhor custo? É necessário estudar já que de ruminantes se trata o gado que se perspectiva para a altitude.

RESUMO DAS ACÇÕES A DESENVOLVER NOS DOIS TEMPOS CONSIGNADOS

NO CAP. II

A - Medidas a curto prazo:

1 - Criação de uma comissão supervisora do regime silvo-pastoril, com a integração de técnicos dos vários ramos, tendo por funções:

1.1 - De ordem social:

1.1.1 - Dinamizar e esclarecer as populações utentes dos baldios visando a melhor metodologia a imprimir à sua exploração.

1.1.2 - Impulsionar a formação de cooperativas com a definição dos sócios potenciais sem esquecer legislação afim.

1.2 - De ordem técnica:

1.2.1 - Orientar e fiscalizar as determinações, por si, demandadas sobre o regime silvo-pastoril.

1.2.2 - Limitar as áreas para protecção florestação e agro-pecuária.

1.2.3 - Definir e conjugar dados de ordem técnica como sejam melhoramento forrageiro e animal, carga animal, etc.

1.2.4 - Apreciar projectos de exploração e apresentar quer pelas cooperativas quer pelas associações ou mesmo a título individual.

1.2.5 - Definir as diversas formas de estímulo a promover junto das explorações.

B - Medidas a médio prazo:

1 - Criação de uma zona piloto na Serra do Poiso para estudo de dados biométricos.

1.1 - Dentro do espírito do ponto A-1.2.1 a comissão seria encarregada de programar o respectivo plano técnico para atingir aqueles objectivos.

1.1.1 - Experimentação no melhoramento de pastagens e seu custo.

1.1.2 - Determinar índices de fecundidade e prolificidade.

1.1.3 - Obter índices de conversão usando alimentação suplementar e a do sistema tradicional.

1.1.4 - Registrar pesos à nascença e aos 120 dias com o sistema ali-

mentar diferenciado no ponto anterior.

- 1.1.5 - Ensaio sobre o desmame.
- 1.1.6 - Valorizar o cruzamento industrial.
- 1.1.7 - Avaliar o processo de engorda intensiva e o seu custo de produção.
- 1.1.8 - Ensaio no campo da carga animal.

Estes pontos são algumas das interrogações que ao grupo se colocam e que considera prioritárias para uma verdadeira produção creatopoiética. Não são exaustivas para um plano científico, mas não nos podemos perder em especulações dessa ordem sem que haja um interesse muito prático nas conclusões.

Francisco Assis de Almada Nascimento, fez parte do grupo que elaborou este trabalho; não quis o Destino que o terminasse, roubando-o ao nosso convívio no dia 11 de FEV. 976; mas, ele permanecerá junto de nós por que as sementes lançadas pelo seu trabalho continuarão a germinar, perpetuando para todo o sempre, o seu valor.

Ao findarmos este trabalho, que também é seu, e levados pela Saúde da inesperada partida, deixamos, aqui, o nosso preito ao Amigo Assis.

MÁRIO CAPELO RAMOS

Mário Capelo Ramos

Engenheiro Silvicultor

NARCISO LAUREANO BRANCO

Narciso Laureano Branco

Engenheiro Silvicultor

ALCINO DANIEL JÚLIO DRUMMOND

Alcino Daniel Júlio Drummond

Médico Veterinário

JOSÉ MANUEL CORREIA FERNANDES DA FONSECA

José Manuel Correia Fernandes da Fonseca

Médico Veterinário

FRANCISCO ASSIS DE ALMADA NASCIMENTO

Engenheiro Técnico
Agrário